

CAMINHOS PARA A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ACERVO FOTOGRÁFICO DIGITAL

Elisa Freitas Schemes*

Instituto Federal de Santa Catarina

Renata Cardozo Padilha**

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Ao identificar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) campus Lages o acervo de fotografias digitais e, conseqüentemente, a necessidade de tratamento físico e de conteúdo, refletiu-se sobre a salvaguarda e tratamento informacional dos objetos digitais. Assim, o objetivo geral deste artigo é definir os metadados para catalogar¹ esse acervo, embasado nos campos de Museologia e Ciência da Informação, respectivamente pelo sistema de Documentação Museológica e pela perspectiva da Organização da Informação. A ficha de catalogação procurou contemplar as características intrínsecas e extrínsecas das fotografias digitais, levando em conta a nova relação que elas estabelecem com o tipo de suporte e relação social.

Palavras-chave: Acervo fotográfico digital. Documentação museológica. Organização da Informação. IFSC/Campus Lages.

PATHWAYS TO MUSEUM DOCUMENTATION OF DIGITAL PHOTOGRAPHIC COLLECTION

Abstract

After identifying the digital photography collection at IFSC/campus Lages and the necessity of treatment of its content and material, we have reflected about the safeguard and informational treatment of digital objects. Thus, the general purpose of this research is to define the metadata for cataloging this collection, based on the fields of Museology and Information Science, respectively by the system of Museological Documentation and the Organization of Information approach. The cataloging form sought to encompass the intrinsic and extrinsic characteristics of digital photography, taking into consideration the new relations they establish with different types of media and social relations.

Keywords: Digital photography collection. Museological documentation. Organization of Information. IFSC/Campus Lages.

* Bacharel e Licenciada em História (UFSC), Mestre em História (UFSC) e acadêmica de Museologia (UFSC). Técnica Administrativa em Educação - IFSC. E-mail: elisaschemes@yahoo.com.br.

** Bacharel em Museologia (UFPEL), Mestra e Doutoranda em Ciência da Informação (UFSC). E-mail: renatapadilha@hotmail.com.

¹ Compreendemos o processo de catalogar, como aquele que descreve as informações relacionadas às características intrínsecas e extrínsecas específicas de cada objeto dentro do acervo. Trata-se de um processo posterior ao inventário, esse que é o primeiro reconhecimento de controle e identificação geral dos objetos no acervo.

Introdução

O presente artigo foi impulsionado pela pesquisa realizada a partir de um Formulário para coleta de dados dos *campi*, proposto pelo Grupo de trabalho (GT) do Centro de Memória, Documentação e Cultura do IFSC, no segundo semestre de 2013. O objetivo do Formulário foi fazer um levantamento do que os *campi* possuíam como acervo naquele momento. Como instituição, há no IFSC *campi* com mais de cem anos e *campi* que foram criados há menos de cinco anos. Portanto, por meio do Formulário buscou-se levantar quais eram os itens existentes sobre a memória/história do *campus*. Entre os itens listados, constavam: máquinas e equipamentos antigos (ainda em uso); fotografias antigas do *campus* (ou seja, relativas à sua implantação); documentação relativa às audiências públicas; documentação relativa aos primeiros anos de implantação; atas de reuniões; cópia de notícias publicadas nos periódicos locais e regionais sobre o *campus*; produções de alunos e professores e registros de atividades de interação com o público interno e externo devidamente documentado.

O *campus* Lages teve implantação recente, foi criado em 2010. Portanto, mediante o levantamento proposto pelo Formulário, percebeu-se que o acervo mais vulnerável naquele momento era o de fotografias digitais. As imagens são das mais diversas atividades de estudantes e servidores dentro e fora do *campus*. Essas se encontram dispersas nos computadores dos servidores, quando muito, em pasta compartilhada em rede.

Diante do fenômeno da revolução digital, observa-se a democratização do acesso aos dispositivos digitais de captura de imagens que vão desde celulares, *smartphones*, máquinas fotográficas comuns até as câmeras profissionais. Tal difusão das novas mídias traz como característica a produção instantânea de vasto número de registros e, ao mesmo tempo, a sua dispersão. O tipo de suporte transforma-se com o avanço tecnológico; o desejo de capturar os momentos e imortalizá-los, contudo, permanece.

A pulverização do acervo fotográfico do *campus* Lages entre os servidores o transforma em um acervo cada vez mais fragmentado. Ademais, a memória institucional se fragiliza quando à mercê de iniciativas individuais. E, ainda, a respeito da “fragilidade do suporte” e da “obsolescência tecnológica” dos documentos digitais, Humberto Innarelli (2009, p. 21) ressalta:

“diante desse aparato tecnológico e sua ‘funcionalidade e utilidade’ em meio aos grandes sistemas informacionais, documentos digitais são perdidos com a mesma facilidade com que são gerados”. O autor atribui a vulnerabilidade dos documentos digitais à ainda incipiente experiência na sua preservação:

[...] temos 2 mil anos de experiência na preservação de manuscritos, 200 anos na preservação de documentos feitos por máquinas, mas experiências de preservação digital ainda são pouco comprovadas e experimentadas. [...] neste momento podemos somente prever e não afirmar (INNARELLI, 2009, p. 23).

Até o momento, o IFSC não possui em sua estrutura uma unidade de informação para a salvaguarda das fotografias para as quais se busca a preservação e o tratamento de suas informações. Num primeiro momento, projetou-se junto aos alunos do curso Técnico em Informática, o desenvolvimento de um sistema que utilizasse uma base de dados a fim de reunir toda essa informação e torná-la mais acessível e prática para consulta e recuperação. Durante o levantamento de requisitos do sistema, percebeu-se a necessidade de aprofundamento teórico para elaboração dos metadados¹. Esses contribuiriam para informar sobre o conteúdo e a forma das fotografias digitais, bem como para organizar o conjunto de informações tornando mais fácil o seu acesso e recuperação. Assim, destacamos o campo da Organização da Informação como um aliado para refletirmos a respeito da descrição de acervos fotográficos digitais.

A organização da informação, segundo Bräscher e Café (2008), visa dar acesso ao conhecimento que está inserido na informação, por isso é necessário realizar a descrição física e de conteúdo dos objetos/documentos que resulta na representação da informação. Café e Sales (2010, p. 118) expõem que “a descrição física de um objeto informacional se dá pelo processo de catalogação [...]. Pode utilizar linguagem específica, normas e formatos que padronizam esse tipo de descrição”.

Assim, o objetivo geral deste artigo é definir os metadados para a ficha de catalogação do acervo fotográfico digital do IFSC/*campus* Lages, tendo em vista a formulação de Padilha (2014, p. 94) em que “a clareza e exatidão dos dados, a definição dos campos de informação,

¹ Metadados são dados que fazem referência a outros dados, ou seja, são elementos que permitem a descrição das informações sobre forma e conteúdo de uma fonte de informação. Podem ser definidos como “elementos de descrição/definição/avaliação de recursos informacionais armazenados em sistemas computadorizados, organizado por padrões específicos, de forma estruturada” (MARCONDES, C. H. et al, 2006, p. 19).

normalização de procedimentos, controle terminológico, segurança da documentação, entre outros, devem ser atentamente desenvolvidos” a fim de que esse acervo possa ser organizado e consultado.

Tendo como contexto a pesquisa citada, este artigo apresenta os resultados do aprofundamento teórico que visou à definição de metadados, para a ficha de catalogação elaborada, a fim de descrever as fotografias digitais do *campus* Lages, buscando embasamento no sistema de documentação museológica e demais bibliografias pertinentes nos campos da Ciência da Informação pela perspectiva da Organização da Informação e da Museologia. Elencam-se metadados que contemplem as especificidades deste acervo de fotografia digital, levando em conta as suas características informacionais, intrínsecas e extrínsecas. Assim, como referência para este artigo, adota-se a análise de trabalhos que versam sobre diferentes perspectivas da fotografia.

Vinos Sofka (2009) aponta que as três principais funções dos museus são preservar, pesquisar e difundir conhecimento, sendo estas ações inter-relacionadas. Na mesma linha, Letícia Julião (2006, p. 94) formula: “como instituições interdisciplinares, os museus atuam em três campos distintos e complementares, imprescindíveis ao seu funcionamento adequado: a preservação, a investigação e a comunicação”. Ainda sobre essas três funções do museu, para Helena Dodd Ferrez (1994, p. 64), documentar faz parte da função de preservar, “enquanto que a [função] de pesquisar está presente, em maior ou menor grau, em todas as atividades”.

Ao identificar a relevância da preservação do acervo fotográfico digital do *campus*, o projeto buscou desenvolver um sistema de documentação útil à pesquisa, visando à difusão do conhecimento. Embora de natureza distinta dos museus, os Institutos Federais também atuam no desenvolvimento de pesquisa, no intuito de difundi-la para a sociedade. Em sua missão, finalidade e objetivos, o IFSC se projeta como uma instituição que visa “realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade”². Entende-se que este acervo fotográfico, para além de uma memória meramente institucional ou voltada a grandes personagens, contempla a ação das pessoas envolvidas na criação, desenvolvimento e cotidiano do *campus* Lages, ponto de vista fundamentado nos pressupostos teóricos da História

² A Missão, Finalidade e Objetivos estão passando por revisão, uma vez que está sendo elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/identificacao-da-instituicao/1-1-missao-finalidade-e-objetivos>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

Social (HOBSBAWM, 1998). Se postas em perspectiva contextualizada, as fotografias são testemunho do processo de ampliação e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir de 2008. Portanto, preservá-las implica a constituição de uma identidade institucional indissociavelmente ligada a mudanças nacionais e locais.

Ainda a respeito da pesquisa e dos acervos, Julião (2006, p. 95) identifica:

[...] dois níveis do trabalho investigativo nos museus: a documentação museológica e a pesquisa propriamente dita. Espécie de pesquisa instrumental, a documentação museológica procede à identificação, classificação, organização e ao levantamento de dados históricos dos objetos, constituindo-se a base de informações sobre o acervo do museu. Usualmente é a primeira abordagem que se faz do acervo, com o objetivo de decodificar as informações contidas nos objetos, e criar um instrumento de pesquisa na forma de um inventário, catálogo ou registro. Constitui um meio de acesso informacional aos bens culturais, que subsidia a gestão do acervo e o desenvolvimento de diferentes atividades do museu, nas áreas da pesquisa, educação e difusão.

Desta forma, o artigo está focado no primeiro nível do trabalho investigativo, propondo-se a apresentar uma ficha de catalogação que contemple as informações deste acervo e venha a ser útil à pesquisa do público interno e externo à Instituição.

A fotografia digital

Manini (2008, p. 138) chama a atenção para o fato de que com a emergência das fotografias digitais, tem-se um novo olhar acerca da relação entre a informação e o seu suporte (magnético ou óptico), que nesta modalidade são “uma parte física separada do conteúdo”. As fotografias digitais “não têm no suporte um elemento significativo, mas um mero carregador físico”, assim, ao reproduzir-se uma fotografia digital, a nova imagem (cópia?) continua idêntica à original (?), o que muda é apenas o seu suporte:

Este é um dos dados que confirmam, ou melhor, que explicam a mudança drástica da relação documento/suporte/informação, conseqüente da revolução informacional que conduziu os arquivos à era pós-custodial e nos trouxe a era eletrônica: o documento era, até então, um registro de informação sobre um suporte material; mas a noção de suporte sofre algumas alterações com a ‘chegada’ do virtual (MANINI, 2008, p. 139).

Entre os riscos e vantagens das imagens digitais, pode-se citar que: “os riscos de perda, deterioração e/ou destruição” estão relacionados à conservação, estabilidade e obsolescência dos materiais empregados nos suportes informáticos, além da “ausência ou negligência de critérios de avaliação histórica dos novos documentos” (MANINI, 2008, p. 178).

Porém, considerando-se as vantagens proporcionadas pelos avanços tecnológicos, apontam-se algumas vantagens:

[...] melhoram o acesso, a conservação e a difusão dos documentos fotográficos; os usuários localizam a informação solicitada com maior rapidez e eficiência; a consulta de imagens *on-line* evita o manuseio de originais [...] a enorme capacidade de armazenamento de dados que os meios eletrônicos possuem, embora a gestão de tais dados seja, igualmente, um desafio aos profissionais da informação; a rapidez no acesso à informação, especialmente quando se dispõe de equipamentos adequados; o fato das informações digitais poderem ser ordenadas, agregadas, comparadas, etc., com uma enorme facilidade (MANINI, 2008, p. 178).

A fotografia digital trouxe avanços no campo tecnológico e, portanto, faz-se necessária a adequação das metodologias de documentação museológica para atender às especificidades deste novo formato de documento.

Documentação museológica

Justifica-se a escolha pelo sistema de documentação museológica neste trabalho, tanto pela relação das fotografias com a memória institucional, quanto pelo propósito da instituição em criar um espaço museológico. Ações têm sido desenvolvidas nesse sentido, inclusive com o desenvolvimento de atividades envolvendo museólogos em seus seminários internos e na Semana dos Museus. Entende-se que os documentos fotográficos não são acervo exclusivo das instituições museológicas, porém, “nos museus, as fotografias são tratadas como objeto, um objeto informativo. A fotografia tem, contudo, a sua lógica, que pode ser justaposta à lógica de cada tipo de instituição” (MANINI, 2008, p. 161).

Entende-se por documentação museológica:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um

sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994, p. 64).

Assim, o sistema de documentação museológica é o instrumento elaborado para proporcionar a recuperação das informações referentes ao objeto: suas características físicas, históricas, trajetória etc., relacionadas ao antes e depois de sua entrada no museu.

Pensando na relação desse acervo com as características dos espaços museológicos, destaca-se que:

Os documentos de museu originam-se de criação artística ou da civilização material de uma comunidade. Testemunham uma época ou atividade, servindo para informar visualmente, segundo a função educativa, científica ou de entretenimento que tipifica essa espécie de instituição. (BELLOTTO, 2006, p. 37).

E mais:

O museu é órgão colecionador, isto é, a coleção é artificial e classificada segundo a natureza do material e a finalidade específica do museu a que pertence, e que seus objetivos finais são educativos e culturais, mesmo custodiando alguns tipos de documentos originariamente de cunho funcional (BELLOTTO, 2006, p. 39).

Desta maneira, no caso do IFSC, havendo ou não futuramente a criação de um espaço museológico, o sistema de documentação museológica mostra-se adequado para o seu tratamento, pois as imagens podem ser consideradas tanto de origem funcional – registro das atividades, geralmente registradas pelos servidores, inclusive pelos jornalistas da instituição – quanto pelo viés de testemunho das atividades da comunidade acadêmica.

Refletindo sobre os campos descritores para a documentação de objetos, Bellotto (2006, p. 40) sintetiza que “no museu, os elementos [descritores] são autor, título, forma, material, dimensões e especificidades”.

A descrição de cada imagem de uma coleção pode se tornar um trabalho muito moroso. Portanto, Luis Pavão (1997, p. 275) sugere que a imagem não precisa ser exaustivamente descrita para estar à disposição dos usuários: “o importante é que a instituição forneça as

pistas sobre o conteúdo das colecções, para que os leitores e investigadores possam encontrar o que procuram”.

Luis Pavão (1997, p. 275), cujas considerações são voltadas para as fotografias analógicas, sugere dois níveis de descrição para as imagens: a *elementar* e a *descrição em catálogo*. Na primeira, tem-se o objetivo de descrever os aspectos elementares de uma coleção de fotografias: “a temática geral, o local, a época de elaboração das fotografias e o autor”. Além destes:

[...] a origem da colecção, o seu conteúdo genérico e eventuais subdivisões temáticas, grupos ou conjuntos de imagens que pela sua importância sejam de salientar, a caracterização da forma como o tema é abordado (visão pessoal, levantamento, reportagem) e também as quantidades, os formatos e os processos fotográficos presentes (PAVÃO, 1997, p. 275).

Para a *descrição em catálogo*, que visa descrever sinteticamente cada uma das fotografias da coleção, Pavão (1997, p. 278-279) sugere: “a data e o local da realização da imagem, o nome do autor e da colecção a qual pertence, e uma legenda”. Considera interessante incluir: “o formato e tipo de original, eventuais exposições ou publicações em que tenha sido utilizada, restrições de utilização como direitos de autor e, eventualmente, dados acerca do seu estado de conservação”. Além da *legenda*, Pavão sugere a utilização de *palavras-chave*, de maneira que “a legenda corresponde à síntese da imagem, enquanto às palavras-chave corresponderão à sua análise”.

Manini (2008, p. 273), por sua vez, propõe para a documentação das imagens:

Se para respondermos *quem, o que, quando* e *como* com relação àquilo DE que uma fotografia trata genericamente, realizamos uma descrição da imagem; e se, para responder *quem, o que, quando, onde* e *como* com relação àquilo DE que uma fotografia trata especificamente, fazemos uma análise da imagem; então, para responder SOBRE o que é uma fotografia, fazemos uma análise de seu significado; e para responder como a imagem expressa sua informação, fazemos perguntas mais relacionadas à técnica de produção da fotografia. (Grifos da autora).

Partindo para um viés mais interpretativo das imagens, ao descrever uma fotografia como documento/objeto, é preciso destacar que há, pelo menos, duas dimensões, justapostas, em questão: “uma imagem fotográfica traz uma informação de conteúdo e também vários dados sobre a forma de produção da imagem” (MANINI, 2008, p. 127).

Para dar conta da análise da forma, adota-se o conceito de Dimensão Expressiva da Imagem, definida por Manini (2008, p. 159) como:

[...] a parte da imagem fotográfica dada pela técnica: é a aparência física por meio da qual a fotografia expressa seu conteúdo informacional, é a extensão significativa da fotografia manifesta pela forma como a imagem se apresenta, revelada pela técnica.

Pode-se inferir que a Dimensão Expressiva é uma especificidade da imagem:

[...] seria a forma como uma imagem é mostrada, estando ligada a uma linguagem que lhe é própria e que envolve a técnica específica empregada, a angulação, o enquadramento, a luminosidade, o tempo de exposição, entre outros. Essas três dimensões do registro fotográfico – conteúdo, expressão e forma – é que constroem, em última instância, a mensagem que informa (LACERDA apud MANINI, 2008, p. 162).

Metodologia

A partir das contribuições dos autores estudados, formulou-se uma ficha de catalogação, elencando metadados que contemplem as especificidades do acervo de fotografias digitais, levando-se em conta suas características informacionais intrínsecas³ (descrição física do objeto ou fotografia) e extrínsecas⁴ (aborda aspectos históricos e simbólicos) (PADILHA, 2014).

Além da apropriação da bibliografia especializada, foram adotados dois modelos de fichas de catalogação como metodologia. A primeira consta na obra de Manini (2008, p. 129-130), trata-se de uma ficha de identificação de documento fotográfico do Sistema Unificado de Arquivo da Unicamp (SUARQ), numa versão de 1994. Justifica-se a escolha pela obra de Manini por se tratar de um trabalho que é referência na área da Ciência da Informação no tratamento dos arquivos fotográficos tradicionais.

Quadro 1:

Ficha de identificação de documento fotográfico do Sistema Unificado de Arquivo da Unicamp (SUARQ)

³ “São as informações deduzidas por meio do próprio objeto, ou seja, através da análise das suas propriedades físicas” (PADILHA, 2011, p. 25).

⁴ “São as informações obtidas por meio de outras fontes que não o objeto, permite compreender o contexto que o objeto existiu, funcionou e adquiriu significado. Este pode ser identificado através de fontes bibliográficas ou documentais” (PADILHA, 2011, p. 25).

Sistema Unificado de Arquivo da Unicamp – SUARQ
Ficha de Identificação de Documento Fotográfico
(Versão de maio de 1994)

DADOS DA IMAGEM

Núcleo temático/Fundo: Iniciais de cada um. Ex.: IA/UNI (Instituto de Artes/Unicamp).

Tombo: Número de tombo do documento.

Título: Título da imagem existente na fonte principal. Se não existir, não atribuir.

Título Equivalente: Título principal registrado em outro idioma.

Informações sobre o Título da Imagem: Esclarecimento, acréscimos e complementação ao título principal.

Autor: Nome do fotógrafo.

Local: Local onde foi tirada a foto (local que aparece na imagem).

Data: DD/MM/AAAA em que foi tirada a foto (o mais completo possível).

Dados de Atribuição: Pode-se atribuir a data segundo dados obtidos na própria análise do objeto fotográfico.

Impressor: Indicação de responsabilidade da impressão, se a imagem for impressa.

Local da Impressão: Cidade/Estado/País de impressão.

Data de Impressão: DD/MM/AAAA de impressão.

Local de Publicação: Cidade/Estado/País onde foi publicada a imagem original.

Data de Publicação: DD/MM/AAAA de publicação da imagem original.

Editor: Indicação de responsabilidade da edição.

Estúdio: Nome do estúdio.

Resumo: Descrição sucinta da imagem.

Informações de Carimbos e/ou Anotações: Transcrever dizeres de carimbos e/ou anotações (manuscritas ou não).

Restrições de Reprodução: Sim ou Não e em que casos.

Legibilidade: Bom, Regular ou Ruim.

Descritores: Onomásticos – Nomes de pessoas e/ou instituições que sejam palavras-chaves com relação ao conteúdo informativo da imagem.

Temáticos – Temas que sejam palavras-chaves com relação ao conteúdo informativo da imagem.

Geográficos – Nomes de Logradouros, Cidades, Estados e/ou Países que sejam palavras-chaves com relação ao conteúdo informativo da imagem.

Existência do Original em Outro Fundo: Sim ou Não. Em caso afirmativo, indicar o Fundo.

Localização da Imagem Original e Indicação Bibliográfica: Nome do Fundo e/ou da publicação onde aparece a imagem original (de onde se tenha reproduzido a imagem).

Histórico de Exposição: Título, local e data da exposição em que se tenha incluído a imagem.

Histórico de Publicação: Referência bibliográfica de obra onde a imagem tenha sido publicada (livro periódico, vídeo, etc.)

DADOS DO OBJETO

Designação Genérica: Dizer se é Fotografia (= Ampliação, = Cópia, = Positivo), Negativo, Diapositivo (= *Slide*), Postal Clichê (= Fotolito) etc.

Designação Específica: Indicar o processo de produção do item. Ex.: Fotografia/Daguerreótipo, Negativo/Nitrato etc.

Descrição do Álbum e/ou Porta-Fólio: Descrever fisicamente o álbum e/ou porta-fólio, quando houver.

Localização Física: Nome e/ou número da pasta e número da gaveta/arquivo em que está guardada a fotografia.

Quantidade do Conjunto: Número de fotos do conjunto fotográfico, se for o caso.

Duplicatas: Quantidade de duplicatas.

Formato Padrão: Exemplos: *Carte-Cabinet*, *Panorama* etc.

Dimensão: largura X comprimento, em centímetros.

Cromia: Dizer se a foto foi produzida através de processamento em cores (cor), em preto-e-branco (P/B) e se foi aplicado algum banho adicional (sépia, selênio etc.)

Suporte: Dizer se o suporte é vidro, papel, acetato etc.

Outros Dados da Descrição Física: Informações adicionais e complementares.

Modo de Aquisição: Dizer se foi Doação, Empréstimo, Produção, Custódia, Permuta, Recolhimento, etc.

Data de Aquisição: DD/MM/AAAA da aquisição.

Procedência: Dizer se foi a família do titular do Fundo que doou, se foi uma instituição, etc.

Estado de Conservação: Bom, Regular ou Ruim.

Dados de Conservação: Dizer se o documento está rasgado, com fungo, com ferrugem, com fita adesiva, amassado, dobrado etc.

Intervenção: Sim ou Não e de que tipo (se o documento sofreu algum tipo de intervenção para sua conservação).
Responsável pela Cópia e/ou Reprodução: Indicação de responsabilidade pela cópia e/ou reprodução (nome do fotógrafo ou da instituição).
Data da Reprodução: DD/MM/AAAA da realização da cópia e/ou reprodução.
Atribuição da Data de Reprodução: Atribuir DD/MM/AAAA à produção de cópia e/ou reprodução do item.
Identificador de Matriz: Dizer onde se encontra a matriz. Ex.: se é uma ampliação, onde está o negativo que a gerou.
Observações: Campo livre para a colocação de dados excedentes que não foram contemplados em outros campos.
Responsável pelo Preenchimento: Nome, por extenso e legível, do responsável pelo preenchimento da ficha.
Data de Preenchimento: DD/MM/AAAA de preenchimento da ficha.

Fonte: Manini (2008. p. 129-130).

A segunda ficha de catalogação adotada foi desenvolvida pela museóloga Padilha (2014), justifica-se a escolha por se tratar de uma proposta que pode ser aplicada à diversidade de acervos salvaguardados em museus.

Quadro 2: Ficha de catalogação

		NOME DO MUSEU		
		Identificação e características do objeto	Nº de Tombo	Localização na instituição:
Nº de Registro	FOTO DO OBJETO			
Outros números:				
Objeto:				
Título:				
Autor ou Autoridade:				
Descrição intrínseca:				
Dimensão:				
Material:				
Procedência:				
Observação:				
Informações contextuais	Tipo de Aquisição:	Data de Aquisição:	Estado de conservação:	
	Ex-proprietário:			
	Descrição extrínseca:	Objetos associados:		
		Exposições:		
		Publicações:		
	Período:	Restauro:		
	Referências bibliográficas:	Pesquisas:		
	Registrado por:	Observações:		
	Data de registro:	Autorização de uso:		

Fonte: PADILHA (2014, p. 51).

Dos dois modelos foram apropriados os metadados julgados pertinentes para atingir a especificidade do acervo de fotografias digitais e, dessa maneira, chegou-se a seguinte proposta de ficha de catalogação:

Quadro 3: Proposta de ficha de catalogação para fotografias digitais

ACERVO FOTOGRÁFICO DIGITAL DO IFSC-CÂMPUS LAGES			
Identificação e características da fotografia	Coleção:	Quantidade de fotografias na coleção:	Resumo da coleção:
	N.º de Registro:		
	Legenda:		
	Data:		
	Local:		
	Tipo de arquivo:		
	Tamanho do arquivo:		
	Dimensões:		
	Descritores onomásticos:		
Resumo:			
Informações contextuais	Modelo do equipamento:		Fabricante:
	Fotógrafo:		Atuação na instituição:
	Empresa/estúdio:		
	Registro no sistema:	Quando:	Quem:
	O que:		
	Modificação no sistema:	Quando:	Quem:
	O que:		
	Exposições:		
Publicações:			
Referências bibliográficas:			
Restrições de uso/ reprodução:			
Observações:			
Dimensão expressiva:			

Fonte: criado pelas autoras, 2015.

Análise dos resultados

A ficha de catalogação está dividida em dois grupos principais: no primeiro, **Identificação e características da fotografia** aborda o tratamento físico e de conteúdo, bem como identifica a fotografia (objeto) no acervo da instituição. No segundo grupo, as **Informações contextuais** abordam informações referentes a aspectos históricos e autorais da fotografia, bem como informações relativas ao controle do acervo e formas de uso da fotografia (objeto) na instituição.

Identificação e características da fotografia

Para ser incorporado ao acervo museológico o objeto e sua função representacional precisam estar relacionados com a missão da instituição. “O museu é uma instituição colecionadora que organiza suas **coleções** conforme a natureza e a finalidade específica a que se destinam” (PADILHA, 2014, p. 17). Assim, sugere-se que na ficha de catalogação haja um campo descritor de referência à **coleção** à qual a imagem pertence e recomenda-se que na incorporação de cada nova fotografia (ou conjunto de fotografias) à coleção sejam coletadas todas as informações possíveis, compilando um “*dossier*” (PAVÃO, 1997, p. 260), com notas e entrevistas com o fotógrafo, dados do evento/atividade, informações sobre o fotógrafo, as pessoas e os lugares registrados, e o que mais for percebido como pertinente, essas informações compõem o **resumo da coleção**. Seguindo a sugestão de Pavão (1997, p. 261), “deverá ser atribuído à coleção um nome e uma sigla ou número de coleção”. Dada a facilidade de um grande número de imagens pelas câmeras digitais, o campo **quantidade de fotografias** dimensiona o tamanho de cada coleção.

O **número de registro**, que remete a uma única fotografia no acervo é, portanto item indispensável na sua identificação e localização:

[...] entendemos por numeração a atribuição de um número a cada espécie fotográfica de uma coleção [...] instituições como arquivos e museus têm absoluta necessidade de numerar as suas coleções, por questões de segurança, de inventário e de organização espacial. Nestes casos, a numeração também é fundamental para a informatização, para a indexação de informação e para a referência dos próprios leitores (PAVÃO, 1997, p. 271).

Uma vez que é incomum as imagens digitais virem identificadas com um **título**, optou-se por **legenda** para descrever a temática principal da imagem, sem dar a falsa impressão de que foi atribuído um título por seu autor. “A legenda deve descrever, com a brevidade possível, a imagem na sua globalidade. A legenda não deve ir até à descrição minuciosa do pormenor” (PAVÃO, 1997, p. 278).

A **data** e o **local** em que a fotografia foi tirada a situam no tempo e no espaço, fornecendo informações úteis à sua contextualização.

Tipo de arquivo (JPEG, TIFF, GIF, BMP, RAW etc.), **tamanho do arquivo** (bytes) e **dimensões** (largura x altura em pixels) buscam dar conta das propriedades e qualidade da imagem digital. São descritores específicos dos formatos digitais e, portanto, uma novidade à tradicional documentação de acervos fotográficos.

Os **descritores onomásticos** correspondem a “nomes de pessoas e/ou instituições que sejam palavras-chaves com relação ao conteúdo informativo da imagem” (MANINI, 2008, p. 158, grifo das autoras).

O **resumo** do conteúdo da imagem que Manini (2008, p. 158) caracteriza como “descrição sucinta da imagem”, complementa ou esclarece informações dos campos anteriores, possibilitando reunir os dados disponíveis no momento de documentação. Manini (2008, p. 160) adverte:

Quando se resume uma fotografia, não apenas se reduz o seu texto imagético em termos da unidade de conteúdo que ela representa, mas se escolhe uma entre várias possibilidades de leitura que uma imagem permite, por causa da polissemia.

Informações contextuais

Esse segundo grupo “trata das informações históricas, simbólicas e de usos do objeto [fotografia] no museu” (PADILHA, 2014, p. 52). Visa acompanhar a trajetória da fotografia, uma vez incorporada ao acervo. Pois, como justifica Ferrez (1994, p. 68):

[...] a entrada de dados no sistema não se esgota com o término do processo de registro e catalogação do objeto recém-adquirido. Ao entrar para o contexto museológico, como já vimos, o objeto continua a ter sua vida

documentada. Ele muda de lugar, participa de exposições, é restaurado, é referenciado em novas obras bibliográficas, exigindo que o sistema seja permanentemente atualizado ou até mesmo retificado, na medida em que novos dados se tornam disponíveis.

Os itens **modelo do equipamento e fabricante** têm por objetivo identificar a tecnologia aplicada para a obtenção da imagem, uma vez que os recursos tecnológicos passam por constantes aperfeiçoamentos, o que interfere nos resultados obtidos pelo fotógrafo.

Compreende-se que é indispensável reunir as informações disponíveis sobre o fotógrafo, autor das imagens: seus dados pessoais e seu **vínculo/atuação na instituição**. Ressalta-se que pode tratar-se de servidor contratado como fotógrafo oficial da instituição, um servidor de qualquer cargo, aluno bolsista vinculado a algum projeto ou representante de **empresa/estúdio** contratado para um evento específico (muito comum em formaturas). Esse item justifica-se pelo entendimento de que o olhar do fotógrafo não é isento, pois ele seleciona o enquadramento de acordo com o que gostaria de registrar. Manini (2008, p.136) observa que:

[...] o cientista social, o antropólogo, quando utilizam a fotografia, seja como ilustração ou objeto de análise, estão se relacionando com algo previamente interpretado pelo fotógrafo seja a fotografia uma imagem histórica, um documento, ou não.

Uma imagem pode ser interpretada a partir do ponto de vista do fotógrafo: “ao produzir uma imagem, está construindo significados, está dando origem à dimensão expressiva da fotografia” (MANINI, 2008, p. 166).

O item **registro no sistema** visa dar conta do registro da informação a partir do momento em que a fotografia passa a integrar o acervo, identificando **quem** registrou, **quando** e **o que** (qual informação foi registrada), bem como caso ocorra a necessidade de **modificação no sistema** das informações iniciais. Sugere-se que para entrar no sistema e realizar os registros e modificações, seja necessário o servidor fazer *login* com matrícula (SIAPE) e senha.

A fim de documentar os usos da fotografia no museu, elencaram-se campos para registrar se ela foi selecionada para alguma **exposição** ou se foi incorporada a uma **publicação**.

As **referências bibliográficas** remetem a “bases teóricas” que auxiliem na contextualização e/ou assuntos da fotografia.

O campo designado **restrições de uso/reprodução** resguarda o autor ou pessoas retratadas em casos específicos.

Abrangendo toda a ficha, as **observações** garantem um espaço para descrever alguma informação julgada pertinente e que não se enquadra nos campos anteriores. Por fim, **dimensão expressiva** tenta abarcar a “forma como a mensagem imagética foi construída para transmitir determinado conteúdo informacional” (MANINI, 2008, p. 163), atentando que a forma é revelada pela técnica empregada. A esse respeito, Manini (2008, p. 164) formula:

Em termos de composição de uma imagem fotográfica, é necessário observar os lados da fotografia; a divisão do espaço segundo os elementos que o compõem; a relação de quantidade de elementos presentes no lado esquerdo e no lado direito, a parte de cima e a parte de baixo; o peso entre os claros e os escuros ou cores fortes e cores claras; o uso do retângulo que contém a fotografia (o formato mais usual) no sentido horizontal ou no sentido vertical; a importância (ou não) daquilo que ocupa no centro da imagem; a sua textura; a presença de elementos que componham/construam linhas geométricas; grande contraste entre claro e escuro; o excesso ou a falta de iluminação; o que está no foco e o que está desfocado; isso tudo e muito mais é composição. E é muito importante na leitura de uma fotografia. [...] O equipamento também interfere na expressão: uma lente grande-angular pode dar uma sensação de deformação à imagem; uma teleobjetiva oferece pouca profundidade de campo. [...] Há uma interferência formal: muito da técnica concorre para que o conteúdo informacional aconteça.

Além das técnicas acima, colaboram para a composição das imagens, os gêneros como retrato, paisagem, natureza morta, de fotojornalismo, publicitária, científica etc.

Considerações finais

A documentação de acervos fotográficos digitais é um campo ainda recente na documentação museológica, tendo em vista que a salvaguarda e o tratamento informacional dos objetos digitais ainda são novas no campo da Museologia e nas práticas dos museus. Diante disso, o trabalho elencou metadados para a ficha de catalogação, concebendo esta como uma ferramenta de trabalho no processo de documentação museológica. A ficha de catalogação foi elaborada para dar conta das características intrínsecas e extrínsecas das fotografias digitais, levando em conta a nova relação que elas estabelecem com o tipo de suporte.

Embora não esteja presente nas fichas de catalogação utilizadas na metodologia, deu-se destaque aos metadados que descrevem a **coleção**, tendo como embasamento a obra de Pavão

(1997). A descrição da coleção visa situar o arquivo no conjunto do acervo, dada a dificuldade de descrever a localização física deste tipo de arquivo – exceto se o arquivo das fotografias estiver armazenado em outros locais como forma de *backup*.

A escolha por **legenda** em lugar de **título** foi justificada pela especificidade das fotografias digitais, que dificilmente são acompanhadas de alguma descrição do que está representado na imagem. Assim, entendeu-se a **legenda**, como uma atribuição do profissional no processo de documentação museológica.

Para dar conta das propriedades e qualidade da fotografia digital, foram ressignificados os metadados: **tipo de arquivo**, **tamanho do arquivo** e **dimensões**. Estes buscam abarcar as especificidades físicas dos formatos digitais e, portanto, constituem uma novidade à tradicional documentação de acervos fotográficos.

Por tratar-se de um trabalho desenvolvido no âmbito de uma instituição, o metadado **atuação na instituição**, procurou atender também a essa especificidade, dado que diferentes pessoas podem manipular as câmeras digitais, no lugar do tradicional fotógrafo profissional, sem excluir esta última possibilidade.

Por fim, considerando o rápido processo de desenvolvimento tecnológico e sua consequente obsolescência, este trabalho vislumbra as possibilidades atuais de documentação museológica do acervo em questão, visando conciliar a constante emergência das tecnologias com uma documentação adequada.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, H. L. Documento, informação e meios institucionais de custódia e disseminação. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento. In: *Enancib*, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação; 2008. p. 1-14.
- CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da Informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre a representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 115- 119.
- FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **CADERNOS de ensaios, nº 2**. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994. p. 64-73.
- HOBBSAWN, E. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- INNARELLI, H. C. Preservação digital e seus dez mandamentos. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 3. ed. Distrito Federal: SENAC, 2009. 224 p.
- JULIÃO, L. Pesquisa Histórica no Museu. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus. 2006. 2ª Edição. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_quintaparte.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.
- MANINI, M. P. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, L.; MORENO, N. A. (Org.). **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.
- MARCONDES, C. H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2 ed. Salvador; Brasília: EDUFBA; IBICT, 2006.
- PADILHA, R. C. **Acervo fotográfico em arquivo e museu: um estudo de caso no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora e no Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas**. 2011. 60p. Monografia (Graduação)– Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Curso de Bacharelado em Museologia, Pelotas, 2011.
- PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. (Coleção Estudos Museológicos; v. 2.).

PADILHA, R.; CAFÉ, L. M. A Organização de acervo fotográfico histórico: proposta de descrição. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 90-111, mar./ago. 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/73527/pdf_24. Acesso em: 3 jun. 2014.

PAVÃO, L. **Conservação de Coleções de Fotografia**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

SOFKA, V. A pesquisa no museu e sobre o museu. **Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio PPG-PMUS Unirio/ MAST**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 79-84, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/49>. Acesso em: 10 out. 2015.